

**Mapeamento dos Pontos Vulneráveis à
Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes
nas Rodovias Federais Brasileiras**

Mapeamento
2011-2012



Childhood Brasil

Ana Maria Drummond – Diretora Executiva

Ricardo de Macedo Gaia – Diretor

Itamar Batista Gonçalves – Gerente de Programas

Anna Flora Werneck – Coordenadora de Programas

Rosana Junqueira – Coordenadora de Programas

Mônica Santos – Analista de Programas

Eva Cristina Dengler – Consultora do Programa Na Mão Certa

Organização Internacional do Trabalho

Laís Abramo – Diretora

Renato Mendes – Coordenador do Programa Internacional para
Eliminação do Trabalho Infantil (IPEC) no Brasil

Thaís Dumê – Oficial de Programação

Polícia Rodoviária Federal

Maria Alice Nascimento Souza – Diretora-Geral

Giovanni Bosco Farias Di Mambro – Coordenador-Geral de Operações

Elaboração:

Comissão Nacional de Direitos Humanos da Polícia Rodoviária Federal

Márcia Freitas Vieira – Presidente da Comissão Nacional de Direitos Humanos

Andrei Gomes Cirilo – Policial Rodoviário Federal

Waldo José Caram Rohlfs – Policial Rodoviário Federal

Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República

Maria do Rosário Nunes – Ministra

Carmen Silveira de Oliveira – Secretária Nacional

Nadine Monteiro Borges – Diretora de Políticas Temáticas

**5º Mapeamento de Pontos
Vulneráveis à Exploração Sexual
de Crianças e Adolescentes nas
Rodovias Federais Brasileiras**



Sumário

Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República _____	7
Organização Internacional do Trabalho _____	9
1. Introdução sobre a exploração sexual de crianças e adolescentes _____	11
2. Por que mapear “pontos vulneráveis”? _____	13
3. Histórico e evolução do mapeamento das rodovias federais brasileiras _____	17
4. Desdobramentos operacionais e coercitivos dos mapeamentos anteriores _____	21
5. Metodologia _____	25
a) Forma de coleta _____	25
b) Definição dos critérios e questionamentos _____	25
c) A importância dos níveis de risco _____	26
6. Resultados – Análise dos dados e comparação com anos anteriores _____	27
a) Procedimento para divulgação dos resultados georreferenciados _____	28
b) Análise dos resultados _____	28
I) Distribuição dos pontos em cada unidade da Federação _____	29
II) Respostas qualificadas em relação aos pontos _____	32
III) Número de pontos por níveis de risco _____	36
IV) Número de pontos por região, proporcional à malha viária _____	39
V) Número de pontos por Rodovia Federal _____	42
VI) Classificação dos pontos (urbanos ou rurais) _____	43
VII) Quantidades de pontos por região político-administrativa _____	44
VIII) Quadros comparativos _____	47
7. Aprendizados e desafios _____	51
Superintendências e Distritos _____	53
Referências _____	54

Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República

A **Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR)** mais uma vez constitui parceria com a **Polícia Rodoviária Federal (PRF)/Ministério da Justiça** na realização do mapeamento nacional dos pontos de vulnerabilidade à exploração sexual de crianças e adolescentes nas rodovias federais do país.

Esse levantamento, conhecido como Mapear, tem se constituído, junto com a base de dados do Disque Direitos Humanos – Disque 100, em ferramenta estratégica para a gestão das políticas públicas de enfrentamento dessa grave violação dos direitos da infância e adolescência no Brasil. Através dessas informações, os gestores governamentais e a sociedade civil organizada podem identificar cenários e organizar ações tanto para proteger crianças e adolescentes vítimas da violência sexual quanto para responsabilizar seus agressores.

No caso da **Polícia Rodoviária Federal (PRF)**, destaca-se sua participação permanente na Comissão Intersetorial do Governo Federal responsável pela implementação e monitoramento do Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes. Essa contribuição não se circunscreve apenas à construção de uma metodologia de mapeamento, mas também de intervenções preventivas de vigilância nas estradas e de mobilização nas campanhas sistemáticas, como no período de carnaval e na semana de 18 de maio. Tal trajetória da **PRF** tem sido referência para as polícias estaduais, o que possibilita, hoje, disseminar essa experiência para além das rodovias federais.

E é justamente por essa perspectiva de uma intervenção integrada, tanto no âmbito governamental quanto na articulação com a sociedade civil organizada, que o Brasil

ganhou reconhecimento internacional no enfrentamento da exploração sexual de crianças e adolescentes. Algumas dessas iniciativas vêm sendo implementadas em diversos países, como no caso da experiência do Disque 100 e do Programa de Ações Integradas e Referenciais de Enfrentamento à da Violência Sexual Infanto juvenil no Território Brasileiro (PAIR) no âmbito do Mercosul.

Apesar dos avanços, novos desafios se colocam para as políticas públicas na área, destacando-se a necessidade de consolidar a participação das empresas, em especial na proteção das crianças e adolescentes no contexto das grandes obras em desenvolvimento no país, e, ainda, a urgência em aperfeiçoar os procedimentos do sistema de segurança e de justiça para a devida responsabilização dos crimes sexuais cometidos contra as meninas e os meninos.

Caminhar nessa direção e atuar em rede são os horizontes delineados pelo Governo Federal, para os quais convocamos todas as brasileiras e brasileiros. Juntos poderemos construir um Brasil sem miséria, com promoção e proteção dos direitos de todas as pessoas, em especial das nossas crianças e adolescentes.

MARIA DO ROSÁRIO NUNES

Ministra de Estado Chefe da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República

Organização Internacional do Trabalho

A **Organização Internacional do Trabalho (OIT)** é uma agência especializada das Nações Unidas que tem por missão promover oportunidades para que homens e mulheres possam ter acesso a um Trabalho Decente. O conceito de Trabalho Decente, formalizado pela **OIT** em 1999, sintetiza a sua missão histórica de promover oportunidades para que homens e mulheres possam ter um trabalho produtivo e de qualidade, em condições de liberdade, equidade, segurança e dignidade humanas, e promover a proteção integral às crianças e adolescentes dos perigos da inserção precoce no trabalho e da exploração nas piores formas do trabalho infantil. Ponto de convergência dos quatro objetivos estratégicos da **OIT** (o respeito aos direitos do trabalho, a promoção de mais e melhores empregos, a extensão da proteção social e o fortalecimento do diálogo social), o Trabalho Decente é condição fundamental para a superação da pobreza, a redução das desigualdades sociais, a garantia da governabilidade democrática e o desenvolvimento sustentável.

Fundada em 1919 com o objetivo de promover a justiça social como condição para a paz universal, a **OIT** é a única das agências das Nações Unidas com uma estrutura tripartite, composta por representantes de governos e de organizações de empregadores e de trabalhadores. A **OIT** é responsável pela formulação, promoção e o monitoramento da aplicação das Normas Internacionais do Trabalho. A **OIT** mantém representação no Brasil desde a década de 1950, com programas que refletem os objetivos da Organização.

No que se refere ao tema da eliminação do trabalho infantil, destacam-se as Convenções nº 138 (Sobre idade mínima para admissão ao trabalho ou ao emprego) e a nº 182 (Sobre as piores formas de trabalho infantil), ambas ratificadas pelo Brasil. Dessa forma, o país reconhece o problema e se compromete a adotar as medidas necessárias para a erradicação dessa violação dos direitos das crianças e adolescentes. Uma das piores formas de trabalho

infantil indicadas pela Convenção nº 182 é a exploração sexual de crianças e adolescentes, que inclui o tráfico para os mesmos fins (internacional e interno).

O mapeamento de pontos vulneráveis à exploração sexual, realizado pela **Polícia Rodoviária Federal (PRF)**, tem se mostrado, ao longo dos anos, uma ferramenta crucial para o planejamento de ações de prevenção e repressão a esse crime e para a efetiva proteção integral de crianças e adolescentes vítimas desse crime. Qualquer trabalho de levantamento de informações em um país continental requer um eficiente e eficaz planejamento e execução.

A capilaridade da **PRF** e o compromisso de seus homens e mulheres policiais com a proteção da infância e juventude tornam possível oferecer um mapeamento ao Governo e à sociedade, possibilitando planos de ação mais direcionados para as diferentes realidades do país.

A **OIT** expressa seu apoio a esta iniciativa por meio de ações em prol da garantia dos direitos das crianças e dos adolescentes, incluindo formação de profissionais governamentais e não governamentais, campanhas de sensibilização e apoio à construção de políticas e planos para a eliminação do trabalho infantil, sobretudo nas suas piores formas, como a exploração sexual de crianças e adolescentes.

A iniciativa da **PRF** demonstra os avanços na prevenção e enfrentamento desse crime, entre eles as mudanças importantes na legislação. Que o mapeamento e outras atividades sirvam de insumos para uma maior promoção do conhecimento da legislação penal, civil, da Constituição Federal, do Estatuto da Criança e do Adolescente, das Convenções Internacionais e de outras legislações que, de forma positiva, assegurem os direitos que devem ser reconhecidos e efetivados para todos os seres humanos. Certamente a garantia de direitos é o único e melhor caminho para a redução das violências.

1. Introdução sobre a exploração sexual de crianças e adolescentes

Proteger nossas crianças e adolescentes e garantir que eles tenham um desenvolvimento pleno e saudável é dever de todos nós, sociedade civil, setor privado e público. A violência sexual é uma das mais graves violações de direitos e pressupõe o abuso do poder onde crianças e adolescentes são usados para gratificação sexual de adultos, sendo induzidos ou forçados a práticas sexuais. Esse tipo de violência interfere diretamente no desenvolvimento da sexualidade saudável e nas dimensões psicossociais da criança e do adolescente, causando danos muitas vezes irreversíveis.

O abuso e a exploração sexual estão enquadrados nesse conceito. A exploração sexual pressupõe uma relação de mercantilização, em que o sexo é fruto de uma troca, seja de favores ou presentes.

A exploração sexual é um fenômeno multicausal, complexo, e ocorre em vários contextos e cenários, vinculado a redes de prostituição, pornografia, redes de tráfico, turismo, grandes obras de infraestrutura, nas tecnologias de informação e comunicação e também nas rodovias brasileiras.

A subnotificação dos casos de exploração sexual, a falta de sistemas integrados que armazenem e analisem as informações e dados e o despreparo da sociedade civil para encaminhar e tratar casos dessa natureza compõem um cenário de sombras e incertezas. Esse cenário esconde casos de crianças e adolescentes que não recebem nenhum tipo de atendimento ou recebem atendimento inadequado, provocando até revitimização. De maio de 2003 a março de 2011, **156 mil denúncias** foram registradas pelo Disque Denúncia Nacional (Disque 100) 32% são de violência sexual contra crianças e adolescentes em todo o país.

A complexidade desse fenômeno requer ações de enfrentamento igualmente complexas e capazes de envolver os mais diferentes atores da sociedade. As ações precisam ir além da redução da pobreza, acesso à saúde, educação, lazer ou mesmo do asseguramento do convívio sociofamiliar.

Precisamos, sobretudo, criar dados e indicadores, monitorá-los e, com base neles, desenvolver estratégias intersetoriais de prevenção e enfrentamento.

É esse o objetivo da cultura de mapeamento dos pontos vulneráveis à exploração sexual nas rodovias brasileiras. Este novo mapeamento repete os critérios qualificados do mapeamento anterior e consagra a sólida parceria multissetorial, na sua execução, entre a **Polícia Rodoviária Federal**, **Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República**, **Organização Internacional do Trabalho**, **Childhood Brasil** e o setor privado.

Esperamos que os dados sejam úteis para o desenvolvimento de estratégias eficazes de prevenção e enfrentamento e que juntos possamos continuar empreendendo esforços para mudar esse cenário.

2. Por que mapear “pontos vulneráveis”?

De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), são crianças e adolescentes todos aqueles com idade entre 0 e 18 anos, sendo adolescentes aqueles de 12 a 18 anos incompletos. Esse universo corresponde a cerca de 33% da população brasileira, segundo o Plano Plurianual (PPA) 2008/2011. Hoje, isso representa cerca de 60 milhões de pessoas, dos quais 45,9% residem em domicílios com renda per capita de até meio salário mínimo.

O mapeamento da exploração sexual de crianças e adolescentes (ESCA) nas rodovias federais – Projeto Mapear – se tornou referência no delineamento de ações para o enfrentamento desse tipo de crime. A proposta atual buscou inovar e estabelecer critérios científicos para coleta dos dados, contribuindo com os esforços do governo federal em minimizar os efeitos devastadores desse ilícito.

O Projeto Mapear coaduna-se com o que prescreve o Programa Nacional de Enfrentamento da Violência contra Crianças e Adolescentes, em sua Diretriz 8, que trata da “promoção dos direitos de crianças e adolescentes para o seu desenvolvimento integral, de forma não discriminatória, assegurando seu direito de opinião e participação”, mais especificamente com relação ao objetivo estratégico IV, que trata do “enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes”.

A **Polícia Rodoviária Federal**, órgão da estrutura do Ministério da Justiça e ligado à segurança pública, é vista como predominantemente repressiva. Entretanto, as ações desenvolvidas no enfrentamento da ESCA têm como uma das premissas dotar as atividades da **Polícia Rodoviária Federal** de um caráter eminentemente preventivo, a partir da inserção de todos os pontos apontados como vulneráveis, nas rondas e fiscalizações de rotina da PRF. Isso, por si só, é uma quebra de paradigmas.

As parcerias multissetoriais estabelecidas pela **Polícia Rodoviária Federal** vêm fortalecer as ações de enfrentamento da ESCA, permitindo diagnóstico mais preciso, com dados estatisticamente comprováveis. O relatório do Mapeamento de Pontos Vulneráveis foi adequado tanto para alimentar a matriz gerada pela **Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República** quanto para fazer cruzamento de dados com essa matriz – conferindo maior abrangência às ações da Secretaria – capitaneada pela capilaridade característica da **Polícia Rodoviária Federal**.

Este projeto continuado da **Polícia Rodoviária Federal, Childhood Brasil, Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República e Organização Internacional do Trabalho** visa à ampliação e ao fortalecimento das ações de enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes no território brasileiro, por meio da realização e atualização dos pontos vulneráveis à ESCA ao longo dos municípios cortados por rodovias federais no país, objetivando, sobretudo, subsidiar o desenvolvimento de ações preventivas e repressivas, bem como de políticas públicas coordenadas pela **Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República**.

Ademais, a adequação do relatório operacional do projeto à matriz da **Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República** permitirá o diagnóstico mais preciso, com dados estatisticamente comprováveis, propiciando a alimentação e cruzamento de dados com a matriz gerada pelo banco de dados do Disque 100, dos Conselhos Tutelares, dos Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS), das Promotorias de Infância e Juventude e da **Polícia Rodoviária Federal**, apresentando, na seara governamental, o mapa dos pontos vulneráveis à exploração da ESCA em toda a malha rodoviária federal do Brasil.

A presente publicação foca a identificação de PONTOS VULNERÁVEIS e representa uma oportunidade de geração de dados, a partir das rodovias, para mapear cenários propícios à ESCA. Ao mapearmos os pontos vulneráveis e apresentarmos os dados, oferecemos para a sociedade civil a possibilidade de um trabalho articulado de prevenção da violência sexual e proteção da infância e adolescência.

É importante, no entanto, ressaltar que há uma diferença significativa entre PONTOS CONFIRMADOS, PONTOS COM INDÍCIOS E PONTOS VULNERÁVEIS à ESCA.

Os PONTOS CONFIRMADOS são aqueles nos quais um agente confirmou a presença de crianças e adolescentes em situação comprovada de exploração sexual, realizou a repressão do ilícito e encaminhou as vítimas ao Conselho Tutelar.

Os PONTOS COM INDÍCIOS são aqueles nos quais o agente identificou indícios, recebeu informações, dados, denúncias ou ocorrências passadas, mas não conseguiu confirmar a situação apontada.

Por último, os PONTOS VULNERÁVEIS são os ambientes ou estabelecimentos nos quais os agentes da **Polícia Rodoviária Federal** identificam características (tais como iluminação, presença de adultos se prostituindo, falta de vigilância privada, aglomeração de veículos em trânsito, consumo de bebida alcoólica, entre outras) que apresentam um cenário suscetível ou propenso à ESCA, ou seja, de VULNERABILIDADE.

Mapear os pontos vulneráveis é de suma importância para o subsídio às políticas públicas, bem como para campanhas e projetos de prevenção. E é esse o objetivo do Projeto Mapear. Tão importante quanto diminuir a vulnerabilidade de um cenário para que não haja nenhuma violação dos direitos da infância é acionar a rede para dar os encaminhamentos necessários para garantia dos direitos das crianças e adolescentes em todo o país.

3. Histórico e evolução do mapeamento das rodovias federais brasileiras

Em 2003, quando assumiu a Presidência da República, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva definiu como uma das prioridades do seu governo o enfrentamento da ESCA, fato que impulsionou e fortaleceu as atividades já desenvolvidas pela sociedade civil e órgãos governamentais. Nesse sentido, a **Polícia Rodoviária Federal** vinha desenvolvendo atividades tanto na área de educação (formação dos policiais) e prevenção (campanhas de sensibilização) quanto na de inteligência e repressão (operações direcionadas à ESCA). Uma das iniciativas que merecem destaque foi o trabalho de mapear os pontos de vulnerabilidade à ESCA nas rodovias federais do país. Essa informação era inicialmente utilizada para auxiliar no planejamento das operações de repressão ao delito em questão.

No entanto, percebeu-se, após a entrega do relatório ao ministro da Justiça, na ocasião do 18 de maio (Dia Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes) de 2003, que essa informação inovadora poderia ser fonte de planejamento de ações por diversos atores sociais e governamentais. O primeiro levantamento entregue ao ministro da Justiça apontou 844 pontos de risco de ESCA.

Em 2005, apresentou-se uma atualização dos dados, havendo um aumento dos pontos, que totalizaram 1.222 pontos de risco. À época, as informações foram consolidadas e enviadas, em forma de relatório, ao Ministério da Justiça e à **Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República**, em um formato mais acessível, fácil de ser utilizado.

Em consequência da grande repercussão e utilização da informação gerada pela **Polícia Rodoviária Federal**, em 2007, com apoio da **Organização Internacional do Trabalho** e da **Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República**, foi feita a primeira

publicação georreferenciada para a divulgação dos 1.819 pontos vulneráveis à exploração sexual. A publicação ofereceu os pontos indicados no mapa do país, com a qualificação do km e do tipo de estabelecimento (bar, posto de gasolina, hotel, etc.); apenas o estado do Amapá não indicou pontos vulneráveis.

No ano de 2009, em uma reunião entre a **Polícia Rodoviária Federal**, **Childhood Brasil**, **Organização Internacional do Trabalho** e algumas das empresas integrantes do **Programa Na Mão Certa (PNMC)**, iniciativa da **Childhood Brasil** que tem como objetivo enfrentar a ESCA nas rodovias brasileiras, constatou-se que os critérios do mapeamento de 2007 poderiam ser qualificados por indicadores que permitissem maior grau de consistência dos dados primários colhidos nas rodovias, garantindo maior eficiência nas ações de prevenção e repressão.

No mesmo ano, a **Polícia Rodoviária Federal** estabeleceu uma parceria com a **Organização Internacional do Trabalho** e **Childhood Brasil** para o desenvolvimento de uma nova metodologia de critérios para o 4º mapeamento de pontos vulneráveis nas rodovias federais, com maiores detalhes sobre os critérios que foram utilizados para a definição dos pontos e os fatores considerados de alta relevância para a ocorrência do crime.

Na ocasião, criou-se um grupo de trabalho com empresas signatárias do **Programa Na Mão Certa** interessadas em discutir estratégias de contribuição com esse processo. Foram envolvidas transportadoras (Gafor/Luft/Della Volpe/Julio Simões) e a gerenciadora de risco (Pamcary). Iniciou-se assim um planejamento intersetorial de enfrentamento que discutiu a definição de novos critérios de mapeamento a partir da agregação de novos dados para diagnóstico de vulnerabilidade.

O resultado do grupo de trabalho foi o desenho de uma metodologia que permite a comparação dos dados através da repetição bianual do mapeamento e favorece sua replicação pelos Batalhões Rodoviários da Polícia Militar nas rodovias estaduais, gerando conteúdo que facilita unificação de dados e esforços.

A metodologia permite também identificar tipos de estabelecimento segundo nível de criticidade, regiões de maior risco e dados de vulnerabilidade. Esses dados sustentam ações mais efetivas em conjunto com outras instituições e a rede de proteção local e são passíveis de ser monitorados a partir da repetição de cada mapeamento.

O 4º mapeamento, realizado em 2009, identificou um total 1.820 pontos vulneráveis à ESCA nas rodovias federais. Desse total, 924 foram considerados pontos críticos; 478, com alto risco; 316, com médio risco; e, por fim, 102 pontos foram avaliados como de baixo risco para ESCA.

4. Desdobramentos operacionais e coercitivos dos mapeamentos anteriores

A evolução e o aprendizado decorridos dos mapeamentos anteriores são processos inevitáveis visto que estamos na quinta edição do Mapeamento de Pontos Vulneráveis à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes nas Rodovias Federais Brasileiras.

Os desdobramentos ocorrem naturalmente e, muitas vezes, constituem-se de necessidades que os próprios entes participantes (**Polícia Rodoviária Federal, Childhood Brasil, Organização Internacional do Trabalho, Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República**) vislumbram no decorrer de todo o processo.

Como fruto de suas diversas atividades voltadas para as ações em direitos humanos, destacando-se o mapeamento entre aquelas de maior repercussão, em 2008 criaram-se e instalaram-se a Comissão Nacional de Direitos Humanos e as Comissões Regionais de Direitos Humanos (uma em cada unidade da Federação) para dedicar atenção especial à matéria. Desde então, as ações preventivas e coercitivas vêm produzindo resultados significativos.

Nos últimos oito anos, a **Polícia Rodoviária Federal** resgatou e encaminhou mais de 3 mil crianças e adolescentes identificados em situação de risco nas rodovias federais brasileiras. Boa parte desse resultado decorre de ações policiais embasadas no cruzamento dos dados do mapeamento de *pontos vulneráveis* (realizado pela CNDH em parceria com a Coordenação-Geral de Operações da **Polícia Rodoviária Federal**) com o mapeamento dos *pontos confirmados* e *pontos com indícios* de exploração, realizado pela Coordenação de Inteligência da **Polícia Rodoviária Federal** (COINT).

ANO	TOTAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES VÍTIMAS RETIRADOS DE SITUAÇÃO DE RISCO PELA PRF
2003	0
2004	0
2005	121
2006	322
2007	469
2008	663
2009	502
2010	511
2011	543
2012	120
Total geral	3.251

OBS: Nos anos de 2003 e 2004 a PRF ainda não detalhava seus resultados operacionais de ESCA.

Vale apontar que os locais identificados como *pontos vulneráveis* são novamente checados no mapeamento dos *pontos confirmados e com indícios*, que, realizado pela Coordenação de Inteligência, subsidia as operações policiais coercitivas posteriores. Em um segundo momento, o cruzamento dos dados levantados nos dois últimos mapeamentos nos fornece uma informação importantíssima, que é a evolução dos pontos vulneráveis, de acordo com seu nível de criticidade.

No biênio 2009-2010 foram identificados 1.820 pontos vulneráveis; em 2011 constatou-se que 73 destes tornaram-se pontos de efetiva ocorrência e 179, pontos com indícios de ESCA, que foram alvo de ações policiais coercitivas com a finalidade de resgatar os menores e responsabilizar os exploradores.

PANORAMA NACIONAL 2011		
REGIÃO	Confirmados/Reprimidos	Indícios (sem flagrante)
NORTE	9	40
NORDESTE	47	73
CENTRO-OESTE	1	12
SUDESTE	13	32
SUL	3	22
TOTAL	73	179
TOTAL CONSOLIDADO	252	

Importante desdobramento é a mudança de comportamento da **Polícia Rodoviária Federal** em face desses números. Além de aumentar capacitações e treinamentos, a polícia tem desenvolvido seminários e workshops com o intuito de promover a discussão do assunto e o compartilhamento de boas práticas entre os estados. Ademais, não obstante a maior frequência das operações repressivas, a **Polícia Rodoviária Federal** estabeleceu como diretriz operacional a atividade rotineira de ronda e fiscalização nos locais apontados como de nível crítico.

Os mapeamentos expõem a gravidade do problema e sensibilizam a sociedade civil, que, representada por grupos empresariais, também se mobiliza no enfrentamento da exploração; um bom exemplo reside na parceria entre a Federação Nacional do Comércio de Combustíveis e Lubrificantes (Fecombustíveis) e a **Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República**, com a finalidade de coibir a exploração sexual e conscientizar os motoristas profissionais que se utilizam dos serviços dos postos associados à Fecombustíveis.

5. Metodologia

a) Forma de coleta

A fim de ratificar o caráter de continuidade do mapeamento, foram mantidos os questionamentos que embasaram a mensuração da criticidade dos locais e a subdivisão dos níveis de risco. Tal posicionamento permitirá a análise comparativa dos mapeamentos, melhor subsidiando a atuação da rede garantidora dos direitos das crianças e adolescentes.

A **Polícia Rodoviária Federal** enviou e-mail a todos os servidores e disponibilizou pela intranet o acesso à página construída pela **Childhood Brasil**. Através dessa página, os policiais preenchem on-line o formulário com os dados obtidos ao longo das rondas nas rodovias federais. Era possível também a impressão do formulário para preenchimento em campo e posterior inserção na internet.

A partir das sugestões e críticas do mapeamento de 2009-2010 foi feita a atualização do formulário, inserindo-se o campo “delegacia”, o que possibilitou aos gestores melhor acompanhamento durante a coleta.

Ademais, a consolidação do relatório ajusta-se às necessidades apontadas pela **Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República**, permitindo a alimentação e cruzamento dos dados com a matriz gerenciada pela **Secretaria de Direitos Humanos**, que abriga os dados sobre denúncias formuladas também pelo Disque 100.

b) Definição dos critérios e questionamentos

Mantiveram-se os critérios e questionamentos do mapeamento de 2009-2010 com vistas a permitir a comparação analítica dos dados, bem como constatar as modificações nos resultados obtidos.

O mapeamento dos pontos vulneráveis é de suma importância para subsidiar as políticas públicas, bem como para o governo e as entidades que compõem a rede garantidora dos direitos das crianças e adolescentes desenvolverem campanhas e projetos.

A atuação do Estado ou da Sociedade Civil Organizada nesses pontos evita que eles se tornem pontos de efetiva exploração de crianças e adolescentes.

c) A importância dos níveis de risco

Manteve-se a subdivisão dos níveis de risco em crítico, alto, médio e baixo, conforme critério adotado em 2009-2010. Tal procedimento visa evitar imprecisões e dificultar leituras errôneas dessa publicação, a fim de manter uma base metodológica consistente para promover ações de enfrentamento.

Com base em uma série de perguntas respondidas pelos policiais, há o cômputo da valoração, que vai sendo acumulada para a classificação dos locais nos quatro níveis de risco. Considerando-se esse nivelamento atribuído aos locais apontados pelos policiais rodoviários federais como vulneráveis à exploração, é possível fazer a interpretação mais assertiva dos dados colhidos, permitindo ainda a escolha mais específica das ações a serem realizadas em cada local para evitar futuros delitos nesse cenário.

Manteve-se também a validação da pontuação feita com base na aplicação da escala de mensuração dos locais arrolados conforme padrão do mapeamento 2009-2010, para que houvesse possibilidade de comparação.

6. Resultados - Análise dos dados e comparação com anos anteriores

O público-alvo beneficiário direto das ações decorrentes do presente instrumento são as crianças e adolescentes vítimas de exploração sexual, bem como suas famílias.

Indiretamente, a atuação da **Polícia Rodoviária Federal** e parceiros traz grande benefício para a sociedade brasileira, de modo específico nos municípios-alvo das operações e intervenções do programa, considerando-se que exploradores e pontos de ESCA comumente se associam ao uso de drogas, o que está diretamente ligado ao índice de violência local.

Ademais, a inserção de programas sociais, de ONGs e órgãos governamentais, indubitavelmente trará resultados imediatos e de médio prazo para o desenvolvimento cultural, social e econômico da localidade.

No biênio 2010-2011, durante operações temáticas e em ações de rotina, a **Polícia Rodoviária Federal** retirou da condição de exploração e encaminhou aos Conselhos Tutelares mais de mil crianças e adolescentes.

No ano de 2012, com a atualização do mapeamento, foram registrados 1.776 pontos vulneráveis à ESCA. Avalia-se que esse número não reflete redução real dos pontos vulneráveis, devido à margem de erro de 5% sobre o total de pontos mapeados.

a) Procedimento para divulgação dos resultados georreferenciados

No intuito de minimizar distorções que eventualmente pudessem ocorrer na fase de coleta de dados, o que prejudicaria uma análise mais detalhada do mapeamento, optou-se pela divulgação dos resultados agrupados por regiões, de forma a alcançar um entendimento mais assertivo sobre a situação da ESCA nas rodovias federais, levando-se em conta as características culturais, econômicas e sociais das regiões. Essa forma de agrupamento permitirá interpretações estatísticas e poderá orientar a execução e aplicação de ações de interesse comum dadas às especificidades das regiões. Evitou-se dessa forma estabelecer um ranking discriminatório entre as unidades da Federação e possibilitou-se o direcionamento para a união de esforços da rede de proteção.

Objetivando evitar a divulgação indiscriminada dos resultados e as consequências negativas desse tipo de divulgação, que, entre outros fatores, alerta os criminosos da iminente atuação estatal, omitiu-se a localização exata dos pontos vulneráveis à ESCA.

b) Análise dos resultados

O propósito desta análise é apresentar à sociedade e demais entes da rede de proteção uma direção para o envidamento de esforços, já que o fenômeno ESCA é complexo e multifacetado, não restrito a determinada área ou estado.

A coleta das informações geradas por este levantamento de pontos vulneráveis à ESCA possibilita uma gama de estudos e cruzamento com outros índices governamentais, o que

viabiliza um melhor entendimento sobre esse delito que cerceia os direitos fundamentais de nossas crianças e adolescentes.

Este mapeamento está fundamentado na teoria da criminologia ambiental, teoria que, utilizada para a análise criminal pelas forças policiais em diversas partes do mundo, diz que os eventos criminais são a “confluência de infratores, vítimas ou objetos de desejo do crime, e as normas legais, em cenários específicos, ocorrendo em um tempo e lugar [...]” (BRANTINGHAM e BRANTINGHAM, 1991, p. 6).

I) Distribuição dos pontos em cada unidade da Federação

A tabela 1 demonstra o total de registros por Unidade Desconcentrada da **Polícia Rodoviária Federal**, que, com exceção de Rondônia e Acre (que juntos formam uma Superintendência Regional), corresponde às unidades da federação brasileira.

Os dados elencados na primeira parte da tabela indicam a totalidade dos locais mapeados em 2011-2012. Em continuidade, as duas colunas seguintes trazem os registros de 2009-2010 e a variação em percentual quando comparamos o mapeamento anterior com o atual.

Tabela 1 – Distribuição dos pontos por unidade da Federação

MAPEAMENTO 2011-2012						TOTAL 2009-2010	Variação (%) 2009-2010 2011-2012
UF	Crítico	Alto risco	Médio risco	Baixo risco	TOTAL DE PONTOS		
MG	57	67	68	60	252	133	89,47%
PA	87	37	20	64	208	69	201,45%
GO	37	68	42	21	168	117	43,59%
SC	35	34	30	14	113	77	46,75%
MT	89	23	0	0	112	45	148,89%
PR	43	30	26	12	111	168	-33,93%
MS	26	33	18	18	95	109	-12,84%
RS	31	31	23	7	92	154	-40,26%
RN	13	25	33	8	79	110	-28,18%
BA	50	21	5	1	77	148	-47,97%
PB	30	13	12	7	62	29	113,79%
PI	34	9	7	0	50	47	6,38%
RJ	6	9	17	16	48	98	-51,02%
TO	22	10	7	6	45	52	-13,46%
ES	13	12	5	4	34	48	-29,17%
CE	22	10	0	1	33	44	-25,00%
RO/AC	8	8	11	3	30	68	-55,88%
RR	10	10	4	1	25	25	0,00%
SP	12	7	4	1	24	92	-73,91%
DF	13	8	2	0	23	10	130,00%
AM	5	5	5	5	20	4	400,00%
MA	18	1	1	0	20	30	-33,33%
PE	13	3	2	2	20	87	-77,01%
AL	12	3	2	2	19	32	-40,63%
SE	3	3	3	2	11	18	-38,89%
AP	2	0	2	1	5	6	-16,67%
TOTAL POR NÍVEL	691	480	349	256	1.776	1.820	
(%) em relação ao total de pontos	38,9%	27,0%	19,7%	14,4%	100%	100%	-2,42%

Conforme se constata nos dados acima, houve redução, embora tímida, do total de registros de locais vulneráveis à ESCA. Ademais, vale destacar que a variação nos registros pode refletir a migração, com interiorização de pontos para áreas fora da circunscrição da **Polícia Rodoviária Federal**.

É importante salientar que, conforme levantamento realizado em 2011 pela Coordenação de Inteligência, em alguns estados, a exemplo de Pernambuco, onde houve a maior redução percentual de registros, detectou-se a “migração de pontos”. Isso significa dizer que, em algumas áreas, considerando-se a repressão realizada ou campanhas preventivas, educativas e parcerias com a sociedade civil incentivando o uso do Disque 100, houve a “interiorização” dos ambientes suscetíveis à exploração.

Tendo-se em vista que o ambiente geográfico do presente projeto são as rodovias federais e suas margens, constatou-se que muitos estabelecimentos anteriormente reprimidos migraram para dentro das cidades, ou mesmo para a área circunvizinha às rodovias, mas fora da circunscrição da **Polícia Rodoviária Federal**, objeto deste mapeamento.

É imprescindível, pois, a união de esforços com os poderes locais, de forma a evitar a instalação desses estabelecimentos no interior das cidades “cortadas” pelas rodovias. Apontada a possibilidade de esses pontos de vulnerabilidade tornarem-se locais de efetiva ESCA, urgem providências como a que já está em andamento em Pernambuco, que ainda em 2012 iniciará o mapeamento estadual dos pontos vulneráveis. Essa medida subsidiará pioneiramente a atuação do estado e municípios na repressão desse crime.

II) Respostas qualificadas em relação aos pontos

O mapeamento baseou-se no formulário apresentado anteriormente e atingiu a marca de 1.776 pontos qualificadas pelos policiais lotados nos postos e delegacias da **Polícia Rodoviária Federal**.

A compilação inicial amparou-se na qualificação dos questionamentos presentes no formulário preenchido pelos policiais rodoviários federais. A tabela 2 facilita a ambientação e proporciona a visualização das características dos pontos, permitindo uma análise detalhada sobre os níveis de criticidade.

Tabela 2 – Análise das respostas dos 1.776 pontos

PERGUNTA	SIM	%	NÃO	%
Neste ponto já houve casos de exploração sexual de crianças e adolescentes?	474	26,7%	1.302	73,3%
Existe registro de ocorrências de tráfico/consumo de drogas neste ponto?	448	25,2%	1.328	74,8%
Tem conhecimento da atuação do Conselho Tutelar no ponto em análise?	377	21,2%	1.399	78,8%
Existe prostituição de adultos neste ambiente?	1.154	65,0%	622	35,0%
Há constante presença de crianças e/ou adolescentes no local?	738	41,6%	1.038	58,4%
Presença de caminhoneiros no local?	1.379	77,6%	397	22,4%
É um ponto de consumo de bebidas alcoólicas?	1.501	84,5%	275	15,5%
Aglomeração/estacionamento de veículos em trânsito?	1.294	72,9%	482	27,1%
Algum tipo de vigilância privada neste ambiente?	527	29,7%	1.249	70,3%
Existe iluminação na área?	1.227	69,1%	549	30,9%

Quando observada a totalidade dos pontos mapeados, é possível verificar que determinados fatores estão presentes na maioria dos pontos elencados pelos policiais rodoviários federais. Os fatores que mais se destacam são a prostituição de adultos, a presença de caminhoneiros, o consumo de bebidas alcoólicas e a aglomeração/estacionamento de veículos, bem como a existência de iluminação e a falta de vigilância. Esses são fatores de influência na determinação de pontos de vulnerabilidade, dados que se mostram coincidentes com os resultados de mapeamentos anteriores.

Quando se restringe a análise aos 691 pontos considerados críticos, apresentam-se ainda como fatores determinantes a ocorrência pretérita de casos de exploração sexual e a presença constante de crianças no local.

Tabela 3 – Análise das respostas dos 691 pontos críticos

PERGUNTA	SIM	%	NÃO	%
Neste ponto já houve casos de exploração sexual de crianças e adolescentes?	440	63,7%	251	36,3%
Existe registro de ocorrências de tráfico/consumo de drogas neste ponto?	387	56,0%	304	44,0%
Tem conhecimento da atuação do Conselho Tutelar no ponto em análise?	229	33,1%	462	66,9%
Existe prostituição de adultos neste ambiente?	673	97,4%	18	2,6%
Há constante presença de crianças e/ou adolescentes no local?	465	67,3%	226	32,7%
Presença de caminhoneiros no local?	635	91,9%	56	8,1%
É um ponto de consumo de bebidas alcoólicas?	646	93,5%	45	6,5%
Aglomerado/estacionamento de veículos em trânsito?	603	87,3%	88	12,7%
Algum tipo de vigilância privada neste ambiente?	209	30,2%	482	69,8%
Existe iluminação na área?	460	66,6%	231	33,4%

Os três primeiros questionamentos não são respondidos pela observação direta do policial; eles dizem respeito a registros preexistentes ou a situações já previamente constatadas.

Os demais itens do questionário representam a constatação *in loco* durante o mapeamento, o que ratifica a relação entre os indicadores como determinantes para a consecução do delito de exploração sexual.

Das tabelas 2 e 3 infere-se uma relação direta entre o consumo de drogas – lícitas e ilícitas –, a prostituição e a presença de caminhoneiros e a constatação de pontos de vulnerabilidade de ESCA, podendo tais pontos constituir o foco principal de ações educativas e/ou repressivas.

Outro fator, que não é determinante quando estudado isoladamente, é a existência ou não de iluminação no local; por esse motivo, é estudado em correlação com a existência de vigilância privada, conforme a tabela a seguir.

Tabela 4 – Análise dos pontos críticos em relação à vigilância e à iluminação

ALGUM TIPO DE VIGILÂNCIA NESTE AMBIENTE?	EXISTE ILUMINAÇÃO NA ÁREA?	QUANTIDADE	%
NÃO	NÃO	199	28,80%
NÃO	SIM	283	40,96%
SIM	NÃO	32	4,63%
SIM	SIM	177	25,62%
TOTAL		691	

Verifica-se a relação entre vigilância privada e iluminação como fatores de influência da vulnerabilidade. A configuração que mais impacta negativamente é a ausência de vigilância e a presença de iluminação (40,96%), dado que se assemelha ao obtido no mapeamento anterior. Essa combinação favorece a exposição das vítimas, aliada à falta de um elemento repressor de práticas ilícitas. Por outro lado, quando se tem vigilância privada, mas não iluminação, apenas 4,63% dos pontos se configuram como propícios à ocorrência de ESCA, o que se mostra ser um redutor eficiente da vulnerabilidade.

Observa-se ainda que a existência de vigilância, mesmo isolada de outros fatores, reduz a vulnerabilidade do ponto, demonstrando ser um aliado no enfrentamento do problema.

III) Número de pontos por níveis de risco

Tabela 5 – Análise das regiões por níveis de risco dos pontos

MAPEAMENTO 2011-2012					
Região	Crítico	Alto risco	Médio risco	Baixo risco	Total
CENTRO-OESTE	165	132	62	39	398
NORDESTE	195	88	65	23	371
NORTE	134	70	49	80	333
SUDESTE	88	95	94	81	358
SUL	109	95	79	33	316
TOTAL	691	480	349	256	1.776
(%) em relação ao total de pontos	38,9%	27,0%	19,7%	14,4%	100%

A tabela 5 demonstra as regiões político-administrativas agrupadas por níveis de risco (crítico, alto, médio e baixo). Nela, verifica-se que a região Centro-Oeste é a que detém a maior quantidade de pontos de vulnerabilidade; contudo, quando observados apenas os pontos críticos, a região Nordeste apresenta a maioria deles, num total de 195 pontos.

Na comparação com os dados de 2009-2010, constata-se que ainda há predominância dos locais classificados como críticos e de alto risco. Entretanto, além de os fatores que determinam o rótulo “crítico” serem mais facilmente identificáveis, facilitando o cadastro do ponto como vulnerável à ESCA, e de a sutileza dos detalhes que classificam um ambiente como de baixo risco dificultar o seu registro, tem-se demonstrada a redução do grau de criticidade dos ambientes à margem das rodovias federais.

No mapeamento de 2009-2010, 1.402 pontos (dos 1.820) foram classificados como críticos e de alto risco de vulnerabilidade. Já nesta atualização do mapeamento de 2011-2012, 1.171 pontos (dos 1.776) figuram nessa classificação.

Ainda que 65,9% dos locais registrados em 2011-2012 indiquem níveis críticos ou de alto risco, 11,2% (ou 231 registros) deixaram de fazer parte dessa classificação mais preocupante.

Vale salientar que o projeto realizado em 2009-2010 permitiu aclarar fatores que contribuem para caracterizar o ambiente como crítico e de alto risco; desse modo, a atuação da **Childhood Brasil** e das empresas signatárias do **Programa Na Mão Certa** e a maior atenção pública e da sociedade civil engajada possibilitam ações que, mesmo pontuais, se refletem em redução indireta dos riscos nas rodovias federais (não se pode

esquecer que pontos críticos – com 11,9% de redução em relação a 2009-2010 – são locais facilitadores da prática de outros ilícitos, como o uso e venda de entorpecentes).

Nota-se a predominância de pontos classificados como críticos e de alto risco em todas as regiões do país. Juntos, eles constituem 65,9% do total dos pontos mapeados, sendo os pontos críticos a grande maioria (38,9%) e merecedores de atenção especial.

Sendo assim, as políticas públicas de enfrentamento da ESCA devem priorizar as regiões com predominância de nível crítico e de alto risco. O poder público local e os representantes da sociedade civil organizada também podem programar suas ações com base nessas informações, lembrando-se que, conforme visto nas tabelas anteriores, se identificam ainda outros fatores que influenciam a exploração sexual, como o consumo de drogas lícitas e ilícitas, a prostituição e a presença de grande rotatividade de veículos nos locais. A conjunção dessas características propicia a ocorrência de diversas práticas ilícitas, além da ESCA.

Ressalte-se mais uma vez a importância do cruzamento entre as informações aqui coletadas e os dados socioeconômicos para o adequado georreferenciamento e melhor análise desses ambientes. Desse modo, os resultados subsidiarão melhor as ações governamentais e permitirão direcionar as políticas públicas locais e federais. Tal referenciamento se mostra de grande importância se se considerar que, além de não haver solução única para a prevenção e repressão à exploração sexual, ainda há que levar em conta as peculiaridades de cada região do país.

IV) Número de pontos por região, proporcional à malha viária

Neste tipo de análise, a quantidade de pontos é dividida pela malha viária da região e torna-se o foco do estudo. Esse indicador tem altíssimo valor, vez que traz a malha viária das rodovias federais dividida pela quantidade de registros agrupados inicialmente pelo total de pontos de cada região e, em seguida, pelo nível de risco. Isso quer dizer que, a cada “x” quilômetros de rodovias federais, tem-se um registro de vulnerabilidade à exploração.

É importante perceber aqui a distorção que poderia ocorrer caso não se considerasse a malha viária regional. O Nordeste, por exemplo, que figura como a segunda região com maior número absoluto de pontos vulneráveis, em razão de possuir a maior malha viária de rodovias federais, apresenta a melhor relação entre malha viária e quantidade de registros, isto é, a cada 48,77 km possui um registro de ambiente vulnerável à exploração. Em contrapartida, a região Sul apresenta o menor valor absoluto de locais vulneráveis, no entanto posiciona-se em terceiro lugar na análise comparativa com a malha viária, apresentando um ponto vulnerável a cada 38,33 km.

Tabela 6 – Análise das regiões por risco crítico

CRÍTICO	
REGIÃO	Um ponto a cada XX km
CENTRO-OESTE	57,87
NORDESTE	92,79
NORTE	44,71
SUDESTE	155,93
SUL	97,04

Tabela 7 – Análise das regiões por risco alto

ALTO RISCO	
REGIÃO	Um ponto a cada XX km
CENTRO-OESTE	72,34
NORDESTE	205,62
NORTE	85,59
SUDESTE	144,44
SUL	111,34

Tabela 8 – Análise das regiões por risco médio

MÉDIO RISCO	
REGIÃO	Um ponto a cada XX km
CENTRO-OESTE	154,01
NORDESTE	278,38
NORTE	122,27
SUDESTE	145,97
SUL	133,89

Tabela 9 – Análise das regiões por risco baixo

BAIXO RISCO	
REGIÃO	Um ponto a cada XX km
CENTRO-OESTE	244,84
NORDESTE	786,72
NORTE	74,89
SUDESTE	169,40
SUL	320,53

Tabela 10 – Análise das regiões por quantidade de pontos

PONTOS VULNERÁVEIS	
REGIÃO	Um ponto a cada XX km
CENTRO-OESTE	23,99
NORDESTE	48,77
NORTE	17,99
SUDESTE	38,33
SUL	33,47

Interessante destacar aqui que a região Norte do país, com a menor circunscrição de rodovias federais, apresenta 333 registros de vulnerabilidade, que correspondem à segunda pior classificação no total de pontos por malha viária e a pior posição quando considerado o grau de risco por malha viária.

Na tabela 10, a malha viária é dividida pela totalidade dos pontos independentemente da classificação do grau de risco. Mais uma vez, as regiões Norte e Centro-Oeste estão no topo da lista. Esta análise demonstra que os aspectos demográficos não são os únicos determinantes da instalação de pontos de ESCA.

V) Número de pontos por Rodovia Federal

Tabela 11 – Rodovias Federais com maior número de pontos mapeados

BR	CENTRO-OESTE	NORDESTE	NORTE	SUDESTE	SUL	TOTAL POR BR
230		37	130			167
116		56		85	25	166
101		37		36	70	143
364	85		28		1	114
153	53		49	6	4	112
163	70		25		10	105
TOTAL	208	130	232	127	110	807

As seis rodovias – os principais eixos rodoviários do país – apresentam quase a metade dos pontos identificados (45,38%). A única Rodovia Federal que apresentou diferença em relação ao mapeamento anterior foi a BR 230, que corta o Brasil transversalmente nas regiões Nordeste e Norte. As rodovias BR 116 e 101 fazem ligação entre as regiões Nordeste, Sudeste e Sul, e as BRs 153 e 163 encontram-se no interior do país: a primeira percorre as regiões Centro-Oeste, Sudeste e Sul; a segunda, ainda inacabada, interliga apenas os estados do Mato Grosso e Pará. A rodovia 364 atravessa diagonalmente o país, iniciando-se em São Paulo e cruzando os estados de Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso, Rondônia e Acre.

VI) Classificação dos pontos (urbanos ou rurais)

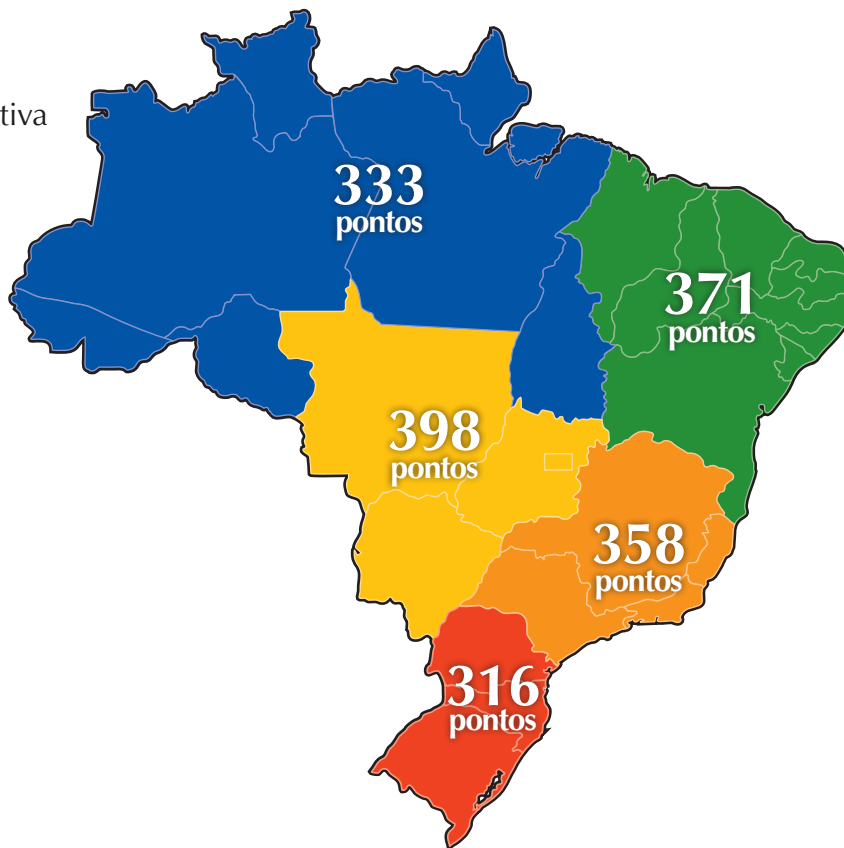
Tabela 12 – Pontos urbanos ou rurais por área

ÁREA	RURAL	URBANA	TOTAL
CENTRO-OESTE	123	275	398
NORDESTE	116	255	371
NORTE	96	237	333
SUDESTE	186	172	358
SUL	86	230	316
TOTAL	607	1.169	1.776
% DO TOTAL	34,2%	65,8%	100%

A tabela 12 demonstra que na maioria dos estados os pontos vulneráveis à ESCA encontram-se na área urbana; somente no Sudeste os pontos se concentram na zona rural.

A grande maioria de pontos próximos a perímetros urbanos torna-se pontos mais vulneráveis, por facilitar a interação entre as vítimas, agressores e ambientes propícios.

VII) Quantidades de pontos por região político-administrativa



Neste mapeamento verificou-se uma aproximação na concentração dos pontos de vulnerabilidade à ESCA: a diferença quantitativa entre a região com maior quantidade de pontos (Centro-Oeste) e a região com a menor quantidade de pontos (Sul) é de 82 pontos.

Na análise comparativa dos dados de 2009-2010 e de 2011-2012, verificou-se redução significativa na região Nordeste, bem como redução dos locais mapeados como vulneráveis à exploração na região Sul do país.

Pode-se apontar ainda tímida redução no Sudeste em contraposição ao aumento nas regiões Norte e Centro-Oeste. No entanto, conforme já apontado, os dados deverão ser validados durante o levantamento de “pontos confirmados” e de “pontos com indícios”, a ser realizado pela **Polícia Rodoviária Federal** em 2013.

A partir dessa mudança geopolítica da alocação de ambientes vulneráveis, pode-se mostrar o êxito de ações desenvolvidas especialmente na região Nordeste, que em 2009-2010 apresentava 545 locais vulneráveis, número reduzido para 371 em 2011-2012.

Iniciativas governamentais, a exemplo de maciças ações preventivas e repressivas no Rio Grande do Norte e fortalecimento da atuação dos Conselhos Tutelares, bem como maior atenção dos parceiros civis no implemento de medidas de proteção, como seminários, campanhas educativas e de conscientização junto a transportadoras de carga (signatárias do **Programa Na Mão Certa** da **Childhood Brasil**) e à Fecombustíveis, podem ser consideradas bem-sucedidas e replicadas em âmbito nacional.

O aumento da quantidade de pontos nas regiões Norte e Centro-Oeste dá suporte a futuras decisões de intensificar ações públicas e privadas nessas regiões, de modo a não permitir que tais vulnerabilidades se tornem pontos de efetiva exploração.

Não existindo solução única, o Estado precisa agir estrategicamente, enfrentando as especificidades regionais com proporcional empenho. O mapeamento que este estudo apresenta é o primeiro passo para a alocação de esforços em âmbito nacional.

VIII) Quadros comparativos

Tabela 13 – Comparativos - Níveis de criticidade por região

2009-2010					
REGIÃO	Crítico	Alto risco	Médio risco	Baixo risco	TOTAL DE PONTOS
CENTRO-OESTE	111	75	70	25	281
NORDESTE	334	118	75	18	545
SUDESTE	178	105	61	27	371
NORTE	85	77	42	20	224
SUL	216	103	68	12	399
TOTAL POR NÍVEL	924	478	316	102	1.820
(%) em relação ao total de pontos	50,8%	26,3%	17,4%	5,6%	100%

2011-2012					
REGIÃO	Crítico	Alto risco	Médio risco	Baixo risco	TOTAL DE PONTOS
CENTRO-OESTE	165	132	62	39	398
NORDESTE	195	88	65	23	371
SUDESTE	88	95	94	81	358
NORTE	134	70	49	80	333
SUL	109	95	79	33	316
TOTAL POR NÍVEL	691	480	349	256	1.776
(%) em relação ao total de pontos	38,9%	27,0%	19,7%	14,4%	100%

Ao compararem-se os números absolutos, o total nacional de pontos vulneráveis sofre uma pequena redução, de 44 pontos, ou seja, de 2,41%, que pode ser desprezada pela margem de erro; no entanto, observam-se maior redução dos pontos críticos e aumento significativo dos pontos de baixo risco, mantendo-se os de alto e médio risco dentro da margem de erro de 4%. Como este levantamento trata de pontos de vulnerabilidade, o resultado pode ser interpretado de formas diversas:

a) Os pontos críticos podem ter migrado para fora das rodovias federais ou para outros estados, fugindo das ações coercitivas da **Polícia Rodoviária Federal** já tradicionais em algumas unidades da Federação – essa hipótese explicaria também a variação da quantidade de pontos nas regiões geográficas;

b) As ações preventivas e de conscientização e o apoio da sociedade civil podem estar efetivamente contribuindo para reduzir características de criticidade, a fim de evitar, inclusive, a instalação de pontos de exploração;

c) As grandes obras e o incremento da economia brasileira podem estar proporcionando a mudança ou a instalação de mais estabelecimentos comerciais ao longo das rodovias federais, normalmente com uma estrutura precária e algumas características de baixa criticidade.

Essas análises podem ser corroboradas também pelos números absolutos, quando se observa que somente os pontos críticos e os de baixo risco sofreram maiores alterações, os críticos reduziram 25,21%, e os de baixo risco aumentaram 150%. É pertinente observar que algumas regiões apresentaram variações significativas nos mapeamentos comparados, como o Nordeste, cujos pontos críticos se reduziram de 334 para 195 (41,61%), enquanto na região Norte os pontos críticos aumentaram de 85 para 134 (57,64%). Fica evidente que a confirmação das hipóteses apresentadas depende de análise minuciosa e individualizada dos pontos levantados, sendo questionável qualquer afirmação embasada apenas nesses dados.

Tabela 14 – Tipo de Logradouro

TIPO	PONTO DE ALIMENTAÇÃO		POSTO DE COMBUSTÍVEL		OUTROS COMÉRCIOS		PONTO DE HOSPEDAGEM	
	2010	2012	2010	2012	2010	2012	2010	2012
ANO	2010	2012	2010	2012	2010	2012	2010	2012
CENTRO-OESTE	177	284	140	166	130	127	74	61
NORDESTE	296	252	303	218	205	155	148	89
NORTE	98	236	85	113	56	85	40	71
SUDESTE	211	227	224	207	154	149	63	57
SUL	110	113	113	102	228	176	34	54
TOTAL	892	1.112	865	806	773	692	359	332

Esta análise não reflete totalmente a evolução econômica das regiões porque aponta apenas os pontos mapeados com algum nível de criticidade sobre a vulnerabilidade à ocorrência da ESCA, mas permite uma avaliação comparativa e o cruzamento com outras informações já apresentadas.

Quanto aos pontos de alimentação, todas as regiões sofreram aumento, ainda que mínimo, como a região Sul. Tal fato provavelmente se explica pela facilidade de instalar um ponto de alimentação às margens da rodovia, onde não existe grande controle fitossanitário e onde até mesmo uma residência pode ter parte de seus cômodos transformada em lanchonete, a fim de incrementar a renda familiar.

Os postos de combustíveis sofreram redução de pouco mais de 6% em seu total, puxada pelas regiões Nordeste, Sudeste e Sul; estando apenas o Centro-Oeste e o Norte na contramão desse indicador. Seria um dado sem grandes repercussões se não se observasse a tabela anterior, que aponta a evolução da quantidade de pontos vulneráveis, e não se percebesse que justamente o Centro-Oeste e o Norte aumentaram seus números absolutos de pontos vulneráveis. Essa relação pode estar fundamentada tanto nas características de vulnerabilidade dos postos de combustíveis quanto no cenário propício criado pelas grandes obras e incremento econômico. Correlação semelhante ocorre quando se observa o indicador “outros comércios”, ainda que o Centro-Oeste tenha reduzido seus pontos vulneráveis em três unidades.

7. Aprendizados e desafios

As ações de mapeamento para enfrentar a ESCA têm vasta abrangência, percorrendo em torno de 65.000 quilômetros de rodovias federais, distribuídos pelos 26 estados e o Distrito Federal.

A parceria entre **Childhood Brasil**, **Polícia Rodoviária Federal**, **Organização Internacional do Trabalho** e **Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República**, somada à capilaridade característica da **Polícia Rodoviária Federal**, que se faz presente em todos os estados da Federação, englobando mais de 3.500 municípios, bem como o envolvimento e comprometimento dos policiais rodoviários federais, sensíveis à política de enfrentamento à ESCA, são os pontos fortes para a consecução do presente projeto.

Para a **Polícia Rodoviária Federal**, as dificuldades mais patentes para a execução desses trabalhos consistem na falta de estruturação, restrições orçamentárias e necessidade permanente de motivação dos policiais para a consecução das atividades, cujos frutos só serão percebidos no longo prazo.

Para a **Childhood Brasil**, o desafio se apresenta na análise conjunta dos dados coletados no mapeamento de pontos vulneráveis e de indicadores socioeconômicos, possibilitando o desenvolvimento de ações de prevenção e proteção da criança e adolescente mais abrangentes, conectadas com as realidades locais e que viabilizem o engajamento de todos, governos, empresas e sociedade organizada.

O fortalecimento da aliança das instituições acima citadas denota a vontade de superar os obstáculos e de agir integradamente com ações diretas e transversais, chamando à responsabilidade todos os atores envolvidos, que são imprescindíveis ao êxito dessa missão.

Superintendências e Distritos

SUP.	SUPERINTENDENTE	SUBSTITUTO
1ª SRPRF-GO	JULIO SÉZAR GOMES FERREIRA Cel.: 62 9979.6585 Tel.: 62 3216.8801 VoIP: 5062.8001	ÁLVARO DE RESENDE FILHO Cel.: 62 9946.9949 Tel.: 62 3216.8841 VoIP: 5062.8101
2ª SRPRF-MT	WELLER SANNY RODRIGUES DA SILVA Cel.: 65 9962.9428 Tel.: 65 3624.8139	JOÃO PAULO SANTOS DE LIMA Cel.: 65 9962.9429 Tel.: 65 3928.3052
3ª SRPRF-MS	CIRO VIEIRA FERREIRA Cel.: 67 9282.0600 Tel.: 67 3320.3623	NILSON LANZARINI GOMES Cel.: 67 9221.8902 Tel.: 67 3320.3623
4ª SRPRF-MG	DAVI STANLEY BOMFIM DIAS Cel.: 31 8748.1300 Tel.: 31 3064.5314	WALDER NASCIMENTO VIEIRA Cel.: 31 8877.2456 Tel.: 31 3064.5314
5ª SRPRF-RJ	ANTONIO VITAL DE MORAIS JUNIOR Cel.: 21 7538.0400 Tel.: 21 3503.9002	ALEXANDRE SILVA BUENO Cel.: 21 9230.2695 Tel.: 21 3503.9003
6ª SRPRF-SP	HELENIO ROMUALDO ALMEIDA Cel.: 11 8897.8111 Tel.: 11 2795.2302/03/04 VoIP: 5011.8002	EDUARDO AUGUSTO DO PRADO Cel.: 11 8106.5270 Tel.: 11 2795.2302/03/04 VoIP: 5011.8003
7ª SRPRF-PR	GILSON LUIZ CORTIANO Cel.: 41 9206.4158 Tel.: 41 3535.1999 VoIP: 5041.8002	RICARDO ELIAS GAGINI PAGANI Cel.: 41 9206.4098 Tel.: 41 3535.1909
8ª SRPRF-SC	SILVINEI VASQUES Cel.: 48 8801.2001 Tel.: 48 3251.3202	EVANDRO GUILHERME DE SOUZA BRUNO FILHO Cel.: 48 8802.1284
9ª SRPRF-RS	JOSÉ ALTAIR GOMES BENITES Cel.: 51 9973.5859 Tel.: 51 3375.9719	LINDOMAR CRISTANI DO SANTOS Cel.: 51 9754.2103 Tel.: 51 3375.9796
10ª SRPRF-BA	GEORGE SILVA PAIM Cel.: 71 8222.4628 Tel.: 71 2101.2205	VIRGÍLIO DE PAULA TOURINHO Cel.: 71 8204.9202
11ª SRPRF-PE	JOSÉ ROBERTO ANGELO BARROS SOARES Cel.: 81 9107.9414	WALKER ROBSON DE ASSUNÇÃO BARBOSA Cel.: 81 9107.9374
12ª SRPRF-ES	ARGEU JOSÉ VIEIRA FRITTOLE RANGEL Cel.: 27 9724.1063 Tel.: 27 3212.6901/6941	ALEXANDRE DOS SANTOS LOPES Cel.: 27 9831.5136
13ª SRPRF-AL	JOSEMAR MONTEIRO BARROS Cel.: 82 9151.7577 Tel.: 82 2122.1301	ARNOLDO SAMPAIO LINS CHAGAS Cel.: 82 9150.8863 Tel.: 82-2122.1303
14ª SRPRF-PB	LUCIANA DA SILVA DUARTE Cel.: 83 8852.2982 Tel.: 83 3533.4743 VoIP: 5083.8002	LUCAS LUCENA DE OLIVEIRA Cel.: 83 8852.2986 Tel.: 83 3533.4743 VoIP: 5083.8002
15ª SRPRF-RN	ROSEMBERG ALVES DE MEDEIROS Cel.: 84 9404.2595	ALIATHAR GIBSON TAVARES DE LIMA Cel.: 84 9141.1871
16ª SRPRF-CE	MARCO ANTÔNIO MAIA Cel.: 85 9228.1602 Tel.: 85 3295.3022 VoIP: 5085.8001	GLÁUDIO MOURA JÚNIOR Cel.: 85 9228.0507 Tel.: 85 3289.2053

SUP.	SUPERINTENDENTE	SUBSTITUTO
17ª SRPRF-PI	CARLA CRISTINA FILUS Tel.: 86 3302.6300 VoIP: 5086.8001	
18ª SRPRF-MA	VALCIR CORREIA ORTINS Cel.: 83 9983.6406	ROBERTH AGUIAR CAMPOS Cel.: 98 8127.9417
19ª SRPRF-PA	IRLANDO RICARDO MONTEIRO LOPES Cel.: 91 9301.8181 Tel.: 91 3321.1901 VoIP: 5091.8001	FRANKLIN JORGE SILVA DOS SANTOS Cel.: 91 9166.1737 Tel.: 91 3321.1902 VoIP: 5091.8002
20ª SRPRF-SE	NELSON FELIPE DA SILVA FILHO Cel.: 79 8162.0135 Tel.: 79- 2107-3941	ANTONIO PASSOS DE SOUZA Cel.: 79 8162.1809 Tel.: 79 2107.3968
21ª SRPRF-RO-AC		ALVAREZ DE SOUZA SIMÕES Cel.: 69 9970.5706 Tel.: 69 3211.7821 VoIP: 5069.8001

DISTRITO	SUPERINTENDENTE	SUBSTITUTO
1º DRPRF-DF	JOÃO HENRIQUE MACEIRA DO AMARAL Cel.: 61 9611.7480 Tel.: 61 3395.9303	RAUFER RODRIGUES GONÇALVES Cel.: 61 9959.2438 Tel.: 61 9959.2438
2º DRPRF-TO	MARCOS VALERIO SOARES Cel.: 63 9969.1078 Tel.: 63 3215.9700 VoIP: 5063-8001	RENÊ SANTOS CARVALHO Cel.: 63 9236.168 VoIP: 5063.8005
3º DRPRF-AM	RAFAEL DE BRITO AQUINO SOARES Cel.: 92 8410.9271 / 9128.0032 Tel.: 92 2129.0551	GENEROSO FERREIRA FACINNI Cel.: 92 8425.5549/8420.4815 Tel.: 92 2129.0560
4º DRPRF-AP	ALDO BALIEIRO MACHADO Cel.: 96 8409.1788 Tel.: 96 3225.9001 VoIP: 5096.8001	LUIZ HENRIQUE DIAS NEGRÃO Cel.: 96 8411.7286 Tel.: 96 3225.9031 VoIP: 5096.8301
5º DRPRF-RR	REGINALDO CONRADO PINHEIRO Cel.: 95 8407.3005 / 9119-5129 Tel.: 95 3212.5100/5101	MARCELO AGUIAR DA SILVA Cel.: 95 9148.9130 / 8119-2629 Tel.: 95 3212.5100 / 5101

Referências

BRANTINGHAM, Paul L.; BRANTINGHAM, Patricia L.

Environmental Criminology.

Prospect Hills, Illinois: Waveland Press, Inc., 1991.

Iniciativa



Apoio

CHILDHOOD
pela proteção da infância
www.childhood.org.br



Organização
Internacional
do Trabalho

Secretaria de
Direitos Humanos

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PAÍS RICO É PAÍS SEM POBREZA